

**A RECONSTRUÇÃO FICIONAL DA HISTÓRIA EM 1984 DE GEORGE ORWELL**  
**THE FICTIONAL RECONSTRUCTION OF HISTORY IN NINETEEN EIGHTY-FOUR**  
**BY GEORGE ORWELL**

Evanir Pavloski<sup>1</sup>

**Resumo**

A literatura utópica não é apenas um gênero recorrente ao longo da história humana, mas também uma perspectiva crítica que, por meio de elementos narrativos característicos, problematiza os próprios conceitos e parâmetros da História enquanto ciência e da historiografia enquanto seu relato documental. Tanto pelo congelamento do tempo, aspecto indelével das sociedades utópicas, quanto pela manipulação do fluxo histórico, retrospectiva ou prospectivamente, as projeções literárias do utopismo atraem a atenção do leitor para uma análise crítica do tempo presente e suas supostas imperfeições. Nessa dinâmica, o romance *1984* de George Orwell se destaca não somente pelos aspectos retóricos citados acima, mas também por incluir a historiografia como um dos seus principais temas. Assim, o presente artigo objetiva analisar a autoritária manipulação dos registros históricos na sociedade distópica de *1984* e suas implicações para o fortalecimento do sistema de controle projetado na obra.

**Palavras-chave:** Literatura. História. Utopia. Distopia. *1984*.

**Abstract**

The utopian literature is not only a recurring genre throughout human history, but also a critical perspective which through specific narrative devices questions the concepts and parameters of History as science and of Historiography as its documental report. Either by the freezing of time, an indelible aspect of utopian societies, or by the retrospective or prospective manipulation of the historical flow, the literary utopian projections draw the attention of the reader to a critical analysis of the present and its possible imperfections. In this context, the novel *Nineteen Eighty-Four* by George Orwell stands out not only for the rhetorical aspects mentioned above, but also for the inclusion of historiography as one of its major themes. Thus, this work aims to analyze the authoritarian manipulation of historical records in the dystopian society of *Nineteen Eighty-Four* and its implication to the strengthening of the controlling system depicted in the novel.

**Keywords:** Literature. History. Utopia. Dystopia. *Nineteen Eighty-Four*.

Desde a sua cunhagem por Thomas More em 1516, o termo utopia sofreu diversas alterações semânticas e assumiu múltiplas representações, tanto artísticas quanto filosóficas. Não obstante as inúmeras formas assumidas pelo utopismo, o posicionamento crítico e o

---

<sup>1</sup> Professor efetivo (Assistente I) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas. Doutorado em Letras pela Universidade Federal do Paraná, Brasil (2012). E-mail: evanir.pv@gmail.com

impulso renovador sempre foram características indelévels de seus produtos. Como afirma o crítico literário Alexander Swietochowski,

A utopia como a forma ideal de relações sociais é elemento o mais generalizado no mundo espiritual. Faz parte de todas as crenças religiosas, teorias morais e legais, sistemas de educação, criações poéticas, em uma palavra, de todo conhecimento e obra que visam oferecer modelos para a vida humana. É impossível imaginar qualquer época, nação ou mesmo indivíduo que não tenha sonhado com um céu na terra, que não tenha sido mais ou menos utópico. Onde quer que existam – e elas existem em toda parte – miséria, injustiça e dor, haverá também especulações sobre como erradicar as causas do mal. Na imensa escala que se estende por toda a história da cultura, desde as fantasias do nômade selvagem até as reflexões do filósofo moderno, encontra-se uma infinidade de versões da utopia. (SWIETOCHOWSKI In: SZACHI, 1972, p. 8).

Especificamente na esfera da arte literária, o “lugar nenhum” descrito por More em *A utopia* representou, na Era Moderna, o referente inicial de uma longa tradição de textos que viriam a problematizar o tempo presente por meio do contraste entre a realidade social de seus leitores e a projeção de um *ethos* ficcional considerado perfeito. Como afirma Robert C. Elliot, “the portrayal of an ideal commonwealth has a double function: it establishes a standard, a goal; and by virtue of its existence alone it casts a critical light on society as presently constituted<sup>1</sup>” (ELLIOT, 1970, p. 22).

Entretanto, a frustração com alguns dos rumos tomados pelo fluxo de transformações no século XIX propiciou a ascensão de um novo modelo de figuração utópica: a utopia negativa ou distopia.

Para o teórico Jerzy Szachi, as utopias positivas e negativas apresentam uma “consanguinidade” ideológica que as torna extensões de um mesmo posicionamento crítico e de semelhante processo criativo. Nas duas produções, ocorre a contraposição da realidade a alguma forma de ideal social com o objetivo de promover uma reflexão sobre os elementos do universo experimental, tidos como falhos. Tanto o idílio dos utopistas quanto o pesadelo dos distopistas insere o leitor num contexto de reavaliação conceitual ao colocá-lo diante de uma perspectiva radical e, em muitos casos, maniqueísta dos caminhos seguidos pelas sociedades históricas. “Nas utopias positivas contrasta-se a sociedade ideal, concebida mais ou menos em detalhe, com a sociedade má que é apreendida em geral em termos bastante sumários; com as utopias negativas é o inverso que ocorre” (SZACHI, 1972, p. 119).

Diante da vertiginosa renovação técnico-tecnológica e de um pessimismo social renovado e aguçado pela Primeira Grande Guerra, as distopias começam a ocupar um espaço de destaque no século XX. Em termos gerais, a distopia não é apenas a inversão dos idílios utópicos tradicionais, mas também a crítica veemente do caráter normalizador do utopismo.

Daí o protesto – e as antiutopias – de Aldous Huxley, Orwell ou Zamiatin (na Rússia do início da década de 1920), que pintam um quadro horripilante de uma sociedade sem atritos em que as diferenças entre os seres humanos são, tanto quanto possível, eliminadas, ou pelo menos reduzidas, e o padrão multicolorido dos vários temperamentos, inclinações e ideais humanos – em suma, o próprio fluxo da vida – é brutalmente reduzido à uniformidade, aprisionado em uma camisa-de-força social e política que fere e estrofia, terminando por esmagar os homens em nome de uma teoria monística, do sonho de uma ordem perfeita e estática. (BERLIN, 1991, p. 48-49).

Como podemos notar na passagem acima, o nome de George Orwell figura dentre os expoentes desse gênero literário no século XX, menção que se deve pela sociedade distópica figurada no romance *1984*. Publicada em 1949, a obra representa, em grande medida, um compêndio das perspectivas, ideais e críticas de um autor que, tanto como jornalista quanto como ativista político, testemunhou e participou de eventos históricos marcantes do século passado.

Indubitavelmente, a análise crítica desses acontecimentos e dos rumos que as sociedades históricas pareciam tomar no final da década de 40 já concede valor ao texto enquanto registro de formas de pensamento e tendências políticas que, então perceptíveis por Orwell, são potencializados radicalmente no universo ficcional. Comprometida com a crítica ao tempo presente, a literatura utópica estabelece um consistente diálogo com o contexto social no qual as obras são geradas. E, nesse sentido, *1984* é um ataque contundente não apenas ao caráter totalizante e normalizador das utopias tradicionais, mas também aos mais diferentes modelos de governos centralizadores.

A sociedade figurada no romance obliterou conceitos como individualidade e liberdade, o que configura um *ethos* caracterizado pela ortodoxia fanática, pela normalização dos sujeitos e pela homogeneidade imposta como modelo comportamental. Diversos são os dispositivos reguladores que viabilizam a consolidação do regime do Grande Irmão como, por exemplo, a vigilância permanente, a exploração do trabalho, a violência exercida sobre os inimigos do Estado e a criação de um código linguístico híbrido.

Em meio a esses mecanismos controladores, a manipulação da memória coletiva e a reescrita constante da história se destacam como aqueles que demandam não somente uma enorme infraestrutura, mas também um condicionamento efetivo de todos os indivíduos, já que os registros, uma vez alterados, devem ser aceitos sem hesitação para que assumam a legitimidade necessária.

É justamente por meio do ponto de vista de um dos inúmeros sujeitos envolvidos nesse processo de reescrita e validação histórica que estruturaremos a nossa linha de análise no presente artigo.

O protagonista Winston Smith é um indivíduo comum que, vivendo sob a égide do Grande Irmão, submete-se, aparentemente, ao regime controlador que define a sua realidade social. Entretanto, ao longo das primeiras páginas da narrativa se torna evidente que a personagem não se enquadra totalmente ao modelo de alienação desejado pelo Partido. Winston não apenas demonstra uma consciência crítica singular, mas também uma ânsia por conhecer as verdades que definem e sustentam a estrutura social. Assim, a personagem deflagra uma trajetória de contestação e revolta que, mesmo sendo preponderantemente ideológica, transforma-o em um inimigo declarado do poder estabelecido.

É importante salientar que, dado caráter modelar das projeções utópicas, a figuração de um indivíduo claramente inadequado aos padrões de pensamento e comportamento vigentes é uma das formas tradicionais de, ao mesmo tempo, descrever as particularidades do espaço ficcional e desenvolver o enredo da obra. Nesse sentido, a caracterização de Winston Smith permite um nível de identificação por parte do leitor, que o torna expectador e aliado da personagem. Como afirma o teórico James Phelan, “he comes to represent the individual citizen, and what he does and what happens to him matters to us because of what these things imply about the possibility of individual freedom in totalitarian society”<sup>2</sup> (PHELAN, 1989, p. 32).

Nesse contexto de insurreição solitária, um dos dispositivos principais a ser desvendado e combatido por Winston é o aparelho de reescrita permanente da história. Isso ocorre na narrativa de duas formas. Primeiramente, a personagem, sentindo-se privada de dados concretos sobre o seu próprio passado, busca alcançar algum conhecimento palpável sobre a gênese do regime totalitário e sobre suas próprias origens. Ao tentar recuperar o passado tantas vezes rearticulado, Winston pretende reconstituir a sua própria identidade. Em segundo lugar, o protagonista é um dos funcionários responsáveis pelo processo de reescrita dos registros históricos. Dessa forma, conforme o seu desejo pela verdade entra em conflito com os dogmas produzidos pelo Partido, a personagem passa a descrever criticamente o método de alteração dos dados e suas implicações para a solidificação do poder em *1984*.

Contudo, a tarefa de Winston pelo esclarecimento de diversas circunstâncias históricas é similar ao desafio de montar um quebra-cabeça em que faltam várias peças, uma vez que as fontes disponíveis são notadamente insuficientes e pouco esclarecedoras. Se por um lado, a memória, incluindo a do próprio protagonista, se mostra inconstante e insegura na recuperação dos fatos; por outro, o mecanismo de alteração contínua do passado impossibilita a verificação de dados por meio de qualquer objeto textual. Dessa forma, a busca assumida

pela personagem não constitui apenas uma atividade de profundo risco diante de seu caráter heterodoxo, mas também um trabalho extremamente difícil de ser realizado.

A dificuldade encontrada pelo protagonista é reforçada pela passividade da população oceânica diante do constante processo de rearticulação tanto dos registros históricos quanto da memória coletiva, aspecto que comumente singulariza qualquer arcabouço sócio-cultural. Assim, a indiferença alimenta o próprio processo e redundando em uma normalização ainda mais eficiente do corpo e da mente dos indivíduos. Como afirma Jean Baudrillard, “this is the most significant event within these societies: the emergence, in the very course of their mobilization and revolutionary process (they are all revolutionary by the standards of past centuries), of an equivalent force of inertia, of an immense indifference and the silent potency of that indifference”<sup>3</sup> (BAUDRILLARD, 1994, p. 3).

A potência ao qual o autor se refere tem implicações diretas na esfera da política e da análise social. O desinteresse pelos rumos políticos e pelos dispositivos utilizados pelos Estados na regulamentação das sociedades deixa o caminho aberto para a ascensão e solidificação dos governos totalitários. Tal diagnóstico se mostra pertinente não apenas em relação à gênese do regime em 1984, mas também no mundo experimental, objeto da análise de Baudrillard. “Political events already lack sufficient energy of their own to move us: so they run on like a silent film for which we bear collective irresponsibility”<sup>4</sup> (BAUDRILLARD, 1994, p. 4).

Obviamente, outros fatores são essenciais na transposição desse quadro para o universo ficcional figurado por Orwell. A inconsciência política que impera na Oceania está baseada numa série de mecanismos que se complementam, formando uma estrutura fortemente controladora.

Desde o início da narrativa o protagonista percebe as limitações de sua memória para o desvendamento dos eventos ocorridos desde sua infância. As lembranças se misturam aos recorrentes sonhos de Winston, formando um conjunto disforme de dados onde os limites da realidade são quase indefiníveis. “Winston não podia lembrar-se nem da data em que o Partido viera à luz. Não acreditava ter ouvido a palavra Ingsoc antes de 1960, mas era provável que na sua forma antiga, em Anticlíngua – “Socialismo Inglês” – fosse corrente antes daquele ano. Tudo se fundia na névoa” (ORWELL, 2003, p. 36-38).

Como afirmamos anteriormente, o esforço da personagem em desvendar os detalhes de seu passado representa, em termos mais amplos, a procura por sua própria identidade. Ao perseguir o passado, Winston tenta também encontrar a si mesmo. Como salienta Gilberto Velho: “A memória é fragmentada. O sentido de identidade depende em grande parte da

organização desses pedaços, fragmentos de fatos e episódios separados” (VELHO, 1988, p. 124).

Baudrillard também enfatiza a importância e o dualismo memória-identidade inerente a esse processo:

It is because we are moving further and further away from our history that we are avid for signs of the past, not, by any means, in order to resuscitate them, but to fill up the empty space of our memories. Or perhaps man, in the process of losing track of his history, is seized by a nostalgia for societies without history, perhaps obscurely sensing that he is returning to the same point. All these relics which we call upon to bear witness to our origin would then become the involuntary sign of its loss.<sup>5</sup> (BAUDRILLARD, 1994, p. 74).

A insatisfação com os resultados da busca pela verdade em seu íntimo leva Winston a se dirigir ao único lugar onde respostas podem ser encontradas: o bairro das classes proletárias (ou simplesmente proles), camada da população mantida à margem da sociedade e isenta de parte de seus dispositivos de controle. Ainda que tal ação não tenha sido completamente premeditada, o desejo por conhecer as verdades escondidas por trás das palavras do Partido gera um impulso irresistível e perigoso na personagem. “Se ainda restasse vivo alguém capaz de fazer uma descrição verídica das condições na primeira metade do século, só podia ser um prole” (ORWELL, 2003, p. 88). Entretanto, o velho com quem o protagonista dialoga apresenta um conjunto de recordações ainda mais fragmentado e, continuamente, suplantado pelo impulso autobiográfico. “A memória do velho não passava de um monturo de pormenores à-toa. Poderia interrogá-lo o dia inteiro sem obter nenhum fato genuíno” (ORWELL, 2003, p. 92).

Assim, Winston se vê encurralado entre a historiografia artificial desenvolvida pelo Ministério da Verdade e as informações inconsistentes que ainda podem ser recuperadas por meio da memória. Contudo, essa segunda fonte é contaminada por outros elementos além da severidade do tempo. O condicionamento mental a que todos os membros do Partido estão sujeitos promove o completo apagamento dos dados desinteressantes ao “bem-estar” do Estado. A profunda falta de referências sociais e afetivas, aliada a um enfraquecimento físico e psicológico, faz com que os sujeitos busquem suas identidades dentro da própria ideologia dominante. Os esparsos dados fornecidos pelo sistema correspondem à única forma de identificação e verificação da própria existência dos cidadãos. A afirmação de Baudrillard em relação ao atual posicionamento das pessoas diante do processo histórico fornece um paralelo ao panorama representado em 1984: “What we seek now is not glory but identity, not an

illusion but, on the contrary, an accumulation of proofs – anything that can serve as evidence of a historical existence”<sup>6</sup> (BAUDRILLARD, 1994, p. 21).

No romance de Orwell, essa busca por uma materialidade histórica e identitária redundante não apenas na aceitação incondicional daquilo que é caracterizado arbitrariamente como a realidade, mas também na execução de tarefas físicas e mentais que garantem a manutenção do poder. Dessa forma, cria-se um círculo perpetuamente renovado no qual os mecanismos totalitários se atualizam por meio dos sujeitos aos quais esses mesmos dispositivos se destinam.

Já no caso dos proles, o deliberado sucateamento do sistema educacional e a alienação continuamente alimentada fazem com que os proletários concentrem suas energias no micro-universo que os circunda e percam de vista a macroestrutura social.

Lembravam-se de um milhão de coisas inúteis, de uma briga com um colega, a busca de uma bomba de bicicleta, a expressão no rosto de uma irmã falecida, o rodopio da poeira numa manhã de vento, setenta anos atrás; mas todos os fatos relevantes já estavam fora do alcance da sua visão. Eram como a formiga, que pode ver pequenos objetos, mas não enxerga os grandes. E quando a memória falhava, e os registros escritos eram falsificados – era forçoso aceitar a assertiva do Partido de que tinham melhorado as condições da vida humana, porque não existia, nem jamais poderia existir, qualquer padrão de comparação. (ORWELL, 2003, p. 93).

Dessa forma, o sistema totalitário representado na obra logra vitória sobre a memória individual de cada cidadão e fortalece o controle exercido sobre a coletividade.

“Quem controla o passado”, dizia o lema do Partido, “controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado”. E no entanto o passado, conquanto de natureza alterável, nunca fora alterado. O que agora era verdade era verdade do sempre ao sempre. Era bem simples. Bastava uma série infinda de vitórias sobre a memória. (ORWELL, 2003, p. 36).

O lema citado acima parece remontar à reflexão de Hannah Arendt sobre a teoria do totalitarismo, sobre a qual discorre a autora Margaret Canovan.

Ideology complements terror by eliminating the capacity for individual thought and experience among the executioners themselves, binding them into the unified movement of destruction. Ideologies – pseudo-scientific theories purporting to give insight into history – give their believers the total explanation of the past, the total knowledge of the present, and the reliable prediction of the future.<sup>7</sup> (CANOVAN In: ARENDT, 2000, p. 27-28).

A manipulação e a imposição de uma verdade histórica específica são apontadas por Michel Foucault como elementos característicos não apenas dos regimes totalitários, mas

também de todas as formas de governo. Diz ele que “a verdade não existe sem o uso de alguma forma de poder. Cada regime cria sua própria verdade e organiza os meios pelos quais sua aceitação é imposta aos membros da sociedade” (FOUCAULT, 1981, p. 12).

Numa estrutura social distópica onde a imposição de inconstantes verdades não enfrenta discursos contrários, a mutabilidade do passado não encontra limitações, seja como suporte das constantes mudanças de perspectivas apresentadas pelo sistema, seja como uma forma de gerar novos dispositivos controladores. Dessa forma, não só o fluxo dos acontecimentos é tendenciosamente direcionado, mas também o passado é reestruturado de maneira a atribuir aos atos do Partido um status inabalável de coerência e justiça. Jean Baudrillard aponta um fenômeno similar em desenvolvimento no final do século XX:

If there is something distinctive about an event – about what constitutes an event and thus has historical value – it is the fact that it is irreversible, that there is always something in it which exceeds meaning and interpretation. But it is precisely the opposite we are seeing today: all that has happened in this century in terms of progress, liberation, revolution and violence is about to be revised for the better.<sup>8</sup> (BAUDRILLARD, 1994, p. 13).

No regime do Grande Irmão consegue-se, por meio de um aparato técnico especializado, congelar a história e transformá-la numa propaganda contínua em favor do Estado. Nesse sentido, tanto o passado quanto o presente são arbitrariamente moldados, artificializando o desenvolvimento histórico-cultural. Robert C. Elliot afirma que o desejo de imobilizar o processo histórico é inerente ao próprio conceito da utopia. Para o autor, os utopistas desejam que o modelo por eles concebido ultrapasse a transitoriedade de outros sistemas e atinja um ponto no qual a imobilidade histórica seja uma das principais características. “Planners of Utopia have often tried to approximate that condition, aiming at a static perfection which would rule out the vicissitudes of history and to some degree those of time”<sup>9</sup> (ELLIOT, 1970, p. 9).

Elliot também afirma que essa característica da literatura utópica é um dos pontos comumente criticados pelos opositores das formas de idealização social. “The attempt of utopian writers to freeze history – the fight of utopia against history – has prompted severe criticism of the whole utopian enterprise; but the attempt has been merely one way in which man has tried to arrive imaginatively at the condition of paradise on earth”<sup>10</sup> (ELLIOT, 1970, p. 10).

Sob esse ponto de vista, a obra de Orwell apresenta uma interessante faceta satírica em relação às utopias positivas: o sucesso do governo oceânico em interromper o fluxo da

história. Na distopia orwelliana, a imobilidade final é alcançada e, sob o pano de fundo do totalitarismo, criticada de forma veemente. Como percebemos no testemunho de Winston Smith:

Todos os registros foram destruídos ou falsificados, todo livro reescrito, todo quadro repintado, toda estátua, rua e edifício rebatizados, toda data alterada. E o processo continua, dia a dia, minuto a minuto. A história parou. Nada existe, exceto um presente sem-fim no qual o Partido tem sempre razão. Eu sei, naturalmente, que o passado é falsificado, mas jamais me seria possível prová-lo, mesmo sendo eu o autor da falsificação. (ORWELL, 2003, p. 150).

Ao caracterizarmos esse processo de manipulação da história utilizamos anteriormente o termo “reconstrução”. Tal definição se refere ao produto final da recorrente intervenção institucional no discurso histórico, sendo que em termos práticos o que ocorre é uma reescrita dos dados pertinentes a um determinado evento e uma adaptação das respectivas fontes. Assim, a reconstrução do passado em *1984* se realiza por meio da permanente reorganização de todos os registros possíveis, de maneira que nada reste ao indivíduo além de sua instável memória. Procedimento semelhante é nomeado por Baudrillard com o termo *deterrence*<sup>11</sup> e definido como a prática por meio da qual algo deixa de acontecer.

It [*deterrence*] can remove all certainty about facts and evidence. It can destabilize memory just as it destabilizes prediction [...] For the past can only be represented and reflected if it pushes us in the other direction, towards a future of some kind. Retrospection is dependent on a prospection which enables us to refer to something as past and gone, and thus as having really taken place.<sup>12</sup> (BAUDRILLARD, 1994, p. 17, 20).

Consequentemente, a história torna-se um instrumento de sustentação de poder embasado pela materialidade dos dados manipulados ao bel-prazer do Partido. Como afirma Linda Hutcheon, “o passado realmente existiu, mas hoje só podemos conhecer esse passado por meio de seus textos” (HUTCHEON, 1988, p. 168). Comparemos essa citação com uma pequena passagem da obra que reconstitui um dos diversos diálogos entre Winston e o torturador O’ Brien:

- O passado existe concretamente, no espaço? Existe em alguma parte um mundo de objetos sólidos onde o passado ainda acontece?  
- Não.  
- Então onde é que existe o passado, se é que existe?  
- Nos registros. Está escrito.  
- Nos registros. E em que mais?  
- Na memória. Na memória dos homens.  
- Na memória. Muito bem. Nós, o Partido, controlamos todos os registros e todas as memórias. Nesse caso, controlamos o passado, não é verdade? (ORWELL, 2003, p. 237).

É importante salientar a complexidade do organismo responsável pela alteração contínua de textos e documentos. O Departamento de Registro, uma das inúmeras subseções do imenso Ministério da Verdade e local de trabalho de Winston, é responsável especificamente pela produção, reprodução e divulgação de fatos e relatos que compõem a história artificialmente construída. Por meio dessa instituição, cria-se um passado verificável pelos seus documentos que projeta no presente um conjunto de verdades dogmáticas e, paradoxalmente, transitórias. A verdade sancionada pelo Partido não perdura por muito tempo, sendo logo substituída por outra, igualmente verificável, que melhor atende às necessidades e aos objetivos do Estado, num processo no qual a ficção se sobrepõe à ficção, transformando as noções de passado, presente e futuro em algo fluido e efêmero. A história é metaficcionalizada.

Dia a dia e quase minuto a minuto o passado era atualizado. Desta forma, era possível demonstrar, com prova documental, a correção de todas as profecias do Partido; jamais continuava no arquivo uma notícia, artigo ou opinião que entrasse em conflito com as necessidades do momento. Toda a história era um palimpsesto, raspado e reescrito tantas vezes quantas fosse necessário. Em nenhum caso seria possível, uma vez feita a operação, provar qualquer fraude. (ORWELL, 2003, p. 41).

Além disso, a estrutura destinada ao processo de adequação historiográfica impressiona pela sua magnitude e pelo grau de eficiência no desenvolvimento de suas funções. Tais características surpreendem o próprio protagonista que, diante da enormidade do aparato técnico e humano utilizado, percebe todo o grau de especialização dessa instituição.

Aquele corredor, com cerca de cinquenta funcionários, era apenas uma subseção, uma simples célula, podia-se dizer, da enorme complexidade do Departamento de Registro. Para cima, para baixo, para os lados, havia outros enxames de servidores executando uma inimaginável multidão de tarefas [...] E funcionando anonimamente não se sabia como, nem onde, ficava o cérebro orientador, que coordenava todo o trabalho e fixava diretrizes, mandando conservar este ou aquele fragmento do passado, falsificar outro, e eliminar completamente aquele outro. (ORWELL, 2003, p. 44).

Ainda que o trabalho seja desenvolvido por inúmeros membros do Partido, a distância propositadamente mantida entre eles reconstitui o isolamento a qual todos os indivíduos estão sujeitos em todas as instâncias da sociedade. Assim, o grau de responsabilidade envolvido nas tarefas diárias, desde o recebimento dos textos a serem alterados até o derradeiro descarte desses documentos (em um tubo ironicamente apelidado de “buraco da memória”), se concentra sobre cada indivíduo facilitando a monitoração e a correção das atividades

desenvolvidas. Ao mesmo tempo, a importância do serviço realizado por essa linha de montagem histórica é grande demais para ser confiada a um único sujeito.

Trabalho tão delicado não devia nunca ser confiado a uma só pessoa; por outro lado, entregá-lo a um comitê seria admitir abertamente a falsificação. O mais provável era que umas doze pessoas estivessem trabalhando em versões diferentes do que na verdade dissera o Grande Irmão. Mais tarde, algum cérebro privilegiado do Partido Interno escolheria esta ou aquela versão, retocaria em alguns pontos e daria início aos complicados processos de referência cruzada necessários, e daí a mentira selecionada passaria aos anais permanentes, tornando-se verdade. (ORWELL, 2003, p. 46).

Dessa forma, não apenas o controle é exercido simultaneamente de forma individual e coletiva, mas também o Partido tem a possibilidade de produzir um saber específico com o objetivo de especializar ainda mais a reconstrução da história. O espaço distópico é definido por um sistema controlador que se estende por todas as brechas possíveis do corpo social. Como afirma Michel Foucault,

Uma anatomia política, que é também uma mecânica do poder, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. (FOUCAULT, 1984, p. 127).

Diante do que foi exposto, percebemos que, por meio de sua criação distópica, George Orwell se inclui numa tradição de discussões problematizadoras dos limites entre fato e ficção. Desde a teoria aristotélica<sup>13</sup>, aspectos inerentes tanto ao texto histórico quanto ao texto ficcional, como a linguagem e o ponto de vista autoral, têm servido como base para teorizações que visam ora delimitar objetivamente os campos da história e da literatura, ora amalgamar as duas perspectivas no processo de registro e desvendamento do passado. Hayden White lembra que

Antes da Revolução Francesa, a historiografia era considerada convencionalmente uma arte literária [...] O século XVIII foi fértil em obras que distinguem entre, de um lado, o estudo da história e, de outro, a escrita da história. A escrita era um exercício literário, especificamente retórico, e o produto desse exercício devia ser avaliado tanto segundo princípios literários quanto científicos. (WHITE, 2001, p. 139).

A partir desse período, a procura por um ideal de cientificismo histórico suscitou um contínuo debate entre representante da historiografia e da literatura, a partir do qual muitos autores buscaram relativizar as fronteiras erguidas entre as duas formas de discurso. Robert Scholes, por exemplo, critica a exclusão das narrativas ficcionais na construção do

conhecimento histórico comumente visto como íntegro e uniforme. “The Bible is fiction because it’s a made-up story. This does not mean that it necessarily lacks the truth. Nor does it mean that the Bible may not contain fact. The relation between fact and fiction is by no means as simple as one might think”<sup>14</sup> (SCHOLES, 1971, p. 2).

Atualmente, a perspectiva de que a ficção não se configura como o oposto do fato, mas como seu complemento, é retomada por teóricos da pós-modernidade que esquematizam os posicionamentos contestatórios surgidos na modernidade e apontam um conjunto de obras emblemáticas desse movimento. Esse processo de reavaliação discursiva é acelerado pelo reconhecimento da existência de “outras histórias” pertinentes aos estudos historiográficos, o que gerou uma crise dos paradigmas tradicionais dessa área. O próprio termo “fato” começa a perder o seu status absoluto e novas narrativas passam a fazer parte dos estudos sobre o passado. Sobre essas novas possibilidades de estudo, Maria Izilda Matos afirma: “essa expectativa alia-se à pluralidade de possibilidades de olhares sobre o passado – mostrando que este pode ser desvendado a partir de múltiplas questões” (MATOS, 1998, p. 68).

Linda Hutcheon aprofunda ainda mais a questão ao caracterizar as obras literárias como potencialmente desmistificadoras do caráter monolítico e imparcial da ciência histórica. Para a autora, a reconstrução de episódios tidos como factuais exige do historiador não apenas um uso consistente de estruturas formais usualmente relacionadas à escrita artística, mas também a utilização de recursos imaginativos, perspectivas seletivas e mesmo especulativas como instrumentos de acabamento do texto. Isso ocorre, em muitos casos, pela impossibilidade de obtenção de um conjunto íntegro de dados referentes a um determinado evento. Se, por um lado, os registros materiais podem se mostrar insuficientes, deteriorados ou contraditórios, por outro, a memória, em vista de sua natureza imprecisa, não é reconhecida, na maioria dos casos, como prova documental legítima.

Em *1984*, o protagonista, ao tentar preencher as lacunas que permeiam tanto o seu passado e como o de toda a coletividade oceânica, assume uma tarefa de recuperação histórica similar àquela descrita por Hutcheon. Claramente prejudicada pelo regime totalitário que lhe serve de pano de fundo, a busca da personagem pela “verdade dos fatos” transita por um labirinto de fatos adulterados, memórias inconsistentes e fontes altamente comprometidas.

Nesse contexto, parodiam-se as paródias que anteriormente substituíram o passado. A sociedade torna-se então uma construção sem tempo e sem espaço, o que nos remete à etimologia do próprio termo utopia, isto é, a representação do “lugar nenhum”.

Entretanto, na análise de *1984* a relevância das perspectivas teóricas sobre historiografia e ficção brevemente apontadas acima vão além da simples caracterização da

tentativa de Winston em recuperar o passado. Na distopia de George Orwell dois outros aspectos devem ser analisados sob a luz dessas discussões: o papel da própria obra como registro histórico em potencial e o peculiar papel desenvolvido pelo protagonista como ideocriminoso.

Primeiramente, é preciso salientar que as produções literárias podem ser relacionadas com a historiografia por meio de duas formas: o primeiro, de caráter sincrônico ao momento da escrita das obras, se liga a um processo interpretativo da história que serve de base para o desenvolvimento dos textos; o segundo se revela por meio de uma abordagem diacrônica das narrativas, inserindo-as dentro do fluxo histórico dos acontecimentos. H. R. Jauss afirma que

A historicidade da literatura revela-se justamente nos pontos de interseção entre diacronia e sincronia. Deve, portanto, ser igualmente possível tornar apreensível o horizonte literário de determinado momento histórico sob a forma daquele sistema sincrônico com referência ao qual a literatura que emergiu simultaneamente pôde ser diacronicamente recebida segundo relações de não-simultaneidade, e a obra percebida como atual ou inatual, como em consonância com a moda, como ultrapassada ou perene, como avançada ou atrasada em relação a seu tempo. (JAUSS, 1994, p. 49).

Nessa perspectiva, uma obra literária apresenta valor intrínseco como elemento da realidade que serve de moldura para a sua concepção, característica que se mantém pertinente ao ser revista por gerações futuras. Não nos referimos aqui a um simples espelhamento das sociedades nas quais os textos são concebidos, mas a uma concepção que caracteriza a literatura como um elemento constitutivo do processo histórico. Jauss salienta que

O abismo entre literatura e história, entre o acontecimento estético e o histórico, faz-se superável quando a história da literatura não se limita simplesmente a, mais uma vez, descrever o processo da história geral conforme esse processo se delineia em suas obras, mas quando, no curso da evolução literária, ela revela aquela função verdadeiramente constitutiva da sociedade que coube à literatura, concorrendo com as outras artes e forças sociais, na emancipação do homem de seus laços naturais, religiosos e sociais. (JAUSS, 1994, p. 56).

Além disso, a inclusão da arte literária em outras áreas do conhecimento, destacando-se entre elas os estudos historiográficos, possibilita uma expansão do horizonte de pontos de vista e possibilidades de análise. Maria Herrera Lima ao descrever a emergência da literatura como elemento complementar aos estudos filosóficos afirma que “dentro de um amplo espectro de posiciones críticas habría un cierto sentir común en cuanto a la necesidad de buscar formas de reflexión sobre la moralidad sensibles a los contextos reales de la acción”<sup>15</sup> (LIMA, 1994, p. 44).

No caso das utopias e distopias prospectivas, outro aspecto chama a atenção no que se refere à capacidade desses textos em ficcionalizar o futuro e promover reflexões sobre os rumos da própria história. Jauss atenta para essa característica ao comentar que

O horizonte de expectativa da literatura distingue-se daquele da práxis histórica pelo fato de não apenas conservar as experiências vividas, mas também antecipar possibilidades não concretizadas, expandir o espaço limitado do comportamento social rumo a novos desejos, pretensões e objetivos, abrindo, assim, novos caminhos para a experiência futura. (JAUSS, 1994, p. 52).

Assim, a distopia orwelliana se mostra relevante sincronicamente ao fornecer dados sobre as tendências críticas e sociais que compunham o conturbado panorama do pós-guerra. O poder dos regimes totalitários, extrapolado e concretizado na forma da sociedade oceânica, enfatiza ao mesmo tempo o trauma provocado pelo conflito mundial e a consternação generalizada em relação à permanência e à possível expansão desses regimes. Já em uma abordagem diacrônica, *1984* pode, por um lado, ser analisada no conjunto de obras distópicas. Por outro lado, a verificação de elementos representados na narrativa nas sociedades históricas desde sua publicação como, por exemplo, a formação de grandes blocos econômicos, o fortalecimento de alguns governos ditatoriais e a progressiva especialização dos mecanismos de vigilância aos quais estamos todos sujeitos. Todas essas perspectivas valorizam o papel do texto literário como interpretação da realidade histórica e projeção de possibilidades passíveis de realização.

Nesse particular, o duplo papel desenvolvido por Winston enfatiza num nível prático de ação algumas colocações anteriormente expostas e problematiza ainda mais a inversão entre fato e ficção representada na obra.

É interessante notar que a personagem não apenas aprecia o seu trabalho, mas possui um visível talento no cumprimento das tarefas que lhe são atribuídas: manipula habilmente os dados, insere-os em construções linguísticas coerentes com o propósito determinado por seus superiores e atribui ao produto ficcional de seu trabalho um status de objetividade dogmático.

O trabalho era o maior prazer na vida de Winston. Em geral, não passava de uma rotina aborrecida, mas incluía às vezes trabalhos tão difíceis e intrincados que neles se podia perder como nas profundidades de um problema matemático – falsificações delicadas, sem coisa alguma para servir de orientação, além do conhecimento dos princípios do Ingsoc e um cálculo do que o Partido desejava que fosse dito. Winston destacava-se nesse tipo de trabalho. Em certas ocasiões lhe haviam confiado até a retificação de artigos de fundo do *Times*, escritos inteiramente em Novilíngua. (ORWELL, 2003, p. 45).

Ao contrário do que defende a historiografia moderna, em 1984 o processo de análise e registro do passado se vincula diretamente à subjetividade de seus historiadores. Hayden White aprofunda a discussão sobre o processo da escrita tanto histórica quanto imaginativa, quando afirma:

A dialética peculiar do discurso histórico – e também – de outras formas de prosa discursiva, talvez até mesmo o romance – provém do empenho do autor em servir de mediador entre os modos alternativos de urdidura de enredo e explicação, o que significa, afinal servir de mediador entre os modos alternativos do uso da linguagem ou estratégias tropológicas para descrever originariamente um dado campo de fenômenos e constituí-lo como um possível objeto de representação. (WHITE, 2001, p. 145).

O autor ao descrever o processo de construção discursiva aproxima, segundo critérios metodológicos, o papel desenvolvido por historiadores e escritores ficcionais. Nesse sentido, a atividade desempenhada por Winston é, ao mesmo tempo, a de um criador e a de um manipulador de fatos. Por meio de suas mãos, passado e presente se misturam na reorganização diária do discurso histórico. Linda Hutcheon, ao discutir a metaficção historiográfica, relativiza ainda mais as fontes e as condições que supostamente categorizam diferentes formas narrativas.

Assim como a ficção histórica e a história narrativa, a metaficção historiográfica não consegue deixar de lidar com o problema do status de seus “fatos” e da natureza de suas evidências, seus documentos. E, obviamente, a questão que com isso se relaciona é a de saber como se desenvolvem essas fontes documentais: será que podem ser narradas com objetividade e neutralidade? Ou será que a interpretação começa inevitavelmente ao mesmo tempo que a narrativização? (HUTCHEON, 1988, p. 161).

Winston parte de um objeto primordialmente ficcional que é imposto como produto de uma ciência histórica, manipula-o criativamente de acordo com as contingências do momento e o recoloca no âmbito de uma historiografia positivista aceita sem restrições pelos outros indivíduos. Assim, a história não possui existência objetiva mesmo em seus registros textuais, os quais se constituem em criações artísticas deliberadamente condicionadas.

É importante salientar que a caracterização do Miniver e das atividades desenvolvidas nessa instituição teve grande influência das experiências de George Orwell como repórter e produtor de um programa jornalístico produzido pela BBC. Durante mais de dois anos (1941 – 1943), o autor transmitiu via ondas de rádio para toda a Índia informações sobre fatos e eventos que eram deliberadamente transformadas em veículos da propaganda britânica. A participação ativa na manipulação de fatos em prol do imperialismo inglês provocou em

Orwell uma repulsa aos canais oficiais de informação e um profundo descrédito em relação à veracidade dos acontecimentos transmitidos por essas organizações. Como afirma categoricamente Jeffrey Meyers: “He used his BBC experiences as the basis for the bureaucratic Ministry of Truth in *1984*”<sup>16</sup> (MEYERS, 1975, p. 40).

O ceticismo e a crítica ao meio jornalístico colocados por Orwell em sua obra parecem encontrar ressonância nas discussões promovidas por Jean Baudrillard em sua obra *The Illusion of the End*, ao analisar os aspectos que envolvem os caminhos do discurso histórico no final do século XX, Baudrillard qualifica a mídia, ao mesmo tempo, como um dos principais organismos responsáveis pelo registro histórico e como um dos elementos responsáveis pela artificialização da história enquanto processo. Segundo ele, a manipulação dos dados por parte da imprensa pode ser definida da seguinte forma:

It is a bit like *in vitro* procreation: the embryo of the real event is transferred into the artificial womb of the news media, there to give birth to many orphaned fetuses which have neither fathers nor mothers. The event is entitled to the same procreative practices as birth and the same euthanasian practices as death.<sup>17</sup> (BAUDRILLARD, 1994, p. 19-20).

Baudrillard afirma que tal procedimento favorece a incerteza em relação aos dados históricos, colocando em xeque o conceito de verdade em favor de uma credibilidade idealizada por aqueles que transmitem as notícias. Ao estabelecer essa linha de discussão, o autor parece ilustrar as bases para o órgão oficial de registro de dados e difusão de propaganda representado em *1984*.

News [*information*] makes everything credible (that is, uncertain), even previous facts, even future events. The criteria of truth have been supplanted by the principle of credibility (which is also the principle of statistics and opinion polls), and this is the true guiding principle of news. The uncertainty I am speaking of is like a virus which affects or infects all history, current events and images.<sup>18</sup> (BAUDRILLARD, 1994, p. 54).

Nesse contexto, tanto George Orwell quanto Winston Smith não permanece passivo em relação ao contínuo direcionamento sincrônico e diacrônico da história. Ambos desenvolvem as suas reações discursivamente por meio de seus escritos: um romance, no caso do autor; e um diário, no caso da personagem. Sob esse ponto de vista, a obra *1984* e o registro íntimo escrito pelo protagonista apresentam objetivos semelhantes, ou seja, o registro denunciador de mecanismos discursivo que pré-interpretam a realidade. Assim, o texto dentro do texto em *1984* pode ser visto como um artifício retórico utilizado por Orwell em relação à sua própria obra.

Entretanto, o protagonista não entende, num primeiro momento, o seu ato de contestação e teme profundamente os desdobramentos de sua decisão. Paulatinamente, as páginas cuidadosamente escondidas do diário se transformam, até a concretização de seu relacionamento com Júlia, no único meio pelo qual a personagem pode dar vazão às suas frustrações e à sua esperança.

Por algum tempo ficou olhando o papel estupidamente. A teletela agora tocava estridente música militar. O curioso era que ele parecia não só ter perdido o poder de se exprimir como esquecido o que tinha em mente. Havia semanas que se preparava para aquele momento, e nunca lhe passara pela cabeça a idéia de precisar mais que coragem. Escrever seria fácil. Tudo o que tinha a fazer era transferir para o papel o intérmino e inquieto monólogo que se desenrolava na sua mente fazia anos [...] De repente, pôs-se a escrever por puro pânico, mal percebendo o que estava escrevendo. [...]

*Abaixo O Grande Irmão*

*Abaixo O Grande Irmão.*

(ORWELL, 2003, p. 10-11, 20).

A escrita do diário pode ser analisada como produto criativo independente, o que representa um grande feito no universo ficcional vivenciado pela personagem. Além disso, como afirma Massaud Moisés, o diário íntimo apresenta valor literário, a partir de sua configuração como relato lírico-autobiográfico de um autor empírico.

O exemplo clássico de um diário íntimo nos oferece H. F. Amiel, prosador suíço do século XIX: seu *Journal intime*, redigido entre 1847 e 1881, estende-se por um vasto manuscrito de mais ou menos 16.900 páginas, de que se estamparam fragmentos entre 1883-1884, encerrando profunda e dolorosa inspeção no âmago do “eu”, retrato de uma alma hipersensível e prototipicamente romântica, a debater-se entre a clarividência das próprias limitações e o anseio idealista de satisfações possíveis. (MOISÉS, 2001, p. 148).

A partir das considerações de Moisés sobre esse modelo narrativo é preciso ressaltar certas particularidades em relação ao texto produzido por Winston Smith. Primeiramente, o protagonista é um construto ficcional por meio do qual algumas características e experiências do autor empírico são projetadas. Além disso, o grande valor do relato do protagonista reside em seus aspectos temáticos e nas intenções que envolvem tal escrita. É preciso salientar que a obra redigida pela personagem se define não apenas como uma válvula de escape para a sua consciência crítica, mas também como uma mensagem para um novo futuro que possa ser concretizado fora do domínio do Partido. Esse sentimento otimista em relação ao futuro cresce em Winston à medida que ele percebe que o sistema ainda apresenta deficiências e que,

assim como ele, poderiam existir outros indivíduos insatisfeitos com a realidade imposta pelo regime. Paradoxalmente, a progressiva esperança cultivada por Winston se desenvolve a cada passo seu em direção à própria destruição. Nesse sentido, o protagonista apresenta outra faceta utópica dentro do universo distópico, constituindo uma aparente união de contrários que remonta à teoria do duplipensar.

De repente ocorreu-lhe uma pergunta. Para quem estava escrevendo aquele diário? Para o futuro, os que não haviam nascido. Sua mente pairou um momento sobre a data duvidosa que escrevera e de repente se chocou contra a palavra duplipensar em Novilíngua. Pela primeira vez percebeu de todo a magnitude do que empreendera. (ORWELL, 2003, p. 10).

Independentemente desse aspecto, a personagem passa a acreditar que por meio do confronto direto com o regime é possível fazer surgir das cinzas da Oceania uma nova sociedade; e que, se tal processo não for deflagrado dentro de sua curta expectativa de vida, o seu diário servirá, ao menos, como um testemunho de um passado aterrorizante e como um alerta para que os mesmos erros não sejam cometidos.

Ele não passava de um fantasma solitário exprimindo uma verdade que ninguém jamais ouviria. Mas enquanto a exprimisse, a continuidade não seria interrompida. Não é fazendo ouvir a nossa voz, mas permanecendo são de mente que preservamos a herança humana. Ele voltou à mesa, molhou a pena e escreveu:  
Ao futuro ou ao passado, a uma época em que o pensamento seja livre, em que os homens sejam diferentes uns dos outros e que não vivam sós – a uma época em que a verdade existir e o que for feito não puder ser desfeito.  
Cumprimentos da era da uniformidade, da era da solidão, da era do Grande Irmão, da era do duplipensar. (ORWELL, 2003, p. 29).

Num universo em que a própria história se apresenta como uma obra ficcional reescrita por incontáveis vezes, o diário do protagonista se configura como um registro plausível do contexto no qual o seu autor se insere. O texto escrito por Winston se caracteriza como a única prova documental verdadeira de uma época quando a historiografia não tem nenhum comprometimento com a verdade. Por meio de uma criação literária, a personagem cria um documento histórico em um espaço onde fato e ficção são indissociáveis.

Assim, as posições se invertem na obra de Orwell, de maneira que um objeto valorizado literariamente, como o diário, se transforma na única representação discursiva coerente da realidade, enquanto os textos historiográficos denotam a radicalização extrema da ficção como elemento constituinte de um discurso supostamente científico.

Dentro desse panorama aparentemente caótico devido às suas bases controladoras é que se estabelece a busca de Winston por alguma forma de verdade ainda possível de ser

encontrada. Nessa tortuosa jornada, que inevitavelmente leva ao subsolo do Ministério do Amor, a personagem percorre um labirinto de dados artificiais e fatos inconsistentes que o levam a criar a sua própria verdade e registrá-la para as gerações futuras, possivelmente mais livres e menos solitárias.

## Notas

---

<sup>1</sup> Tradução livre: A representação de uma sociedade ideal de riquezas comuns tem uma dupla função: estabelece um modelo, um objetivo; e pela virtude de sua existência única lança uma luz crítica sobre a sociedade constituída atualmente.

<sup>2</sup> Tradução livre: Ele vem a representar o cidadão individual, e o que ele faz e o que acontece com ele importa para nós por causa do que essas coisas implicam sobre a possibilidade de liberdade individual numa sociedade totalitária.

<sup>3</sup> Tradução livre: Este é o mais significativo evento nessas sociedades: a emergência, no exato curso da mobilização e do processo revolucionário (elas são todas revolucionárias pelos padrões dos últimos séculos), de uma força de inércia equivalente, de uma imensa indiferença, e a potência silenciosa dessa indiferença.

<sup>4</sup> Tradução livre: Os eventos políticos já carecem de suficiente energia própria para nos mover: então eles se prosseguem como um filme mudo sobre o qual nós carregamos uma irresponsabilidade coletiva.

<sup>5</sup> Tradução livre: É porque estamos nos distanciando cada vez de nossa história que estamos ávidos por sinais do passado, não, de forma alguma, para ressuscitá-los, mas para preencher o espaço vazio de nossas memórias. Ou talvez o homem, no processo de perda de sua história, seja acometido pela nostalgia de sociedades sem história, percebendo talvez obscuramente que está voltando ao mesmo ponto. Todas essas relíquias que nós invocamos para servir de testemunhas de nossa origem se tornariam então os sinais involuntários de sua perda.

<sup>6</sup> Tradução livre: O que nós buscamos agora não é glória, mas identidade, não uma ilusão, mas, ao contrário, um acúmulo de provas – qualquer coisa que sirva como evidência de uma existência histórica.

<sup>7</sup> Tradução livre: A ideologia complementa o terror ao eliminar a capacidade individual de pensamento e de experiência entre os próprios executores, unindo-os ao movimento unificado de destruição. Ideologias – teorias pseudo-científicas que ilusoriamente parecem dar suporte à história – dão aos seus seguidores a completa explicação do passado, o total conhecimento do presente e uma confiável previsão do futuro.

<sup>8</sup> Tradução livre: Se existe alguma coisa distintiva em relação a um evento – em relação ao que constitui um evento e, conseqüentemente, tem valor histórico – é o fato de que ele é irreversível, de que há sempre algo que excede significado e interpretação. Mas é precisamente o oposto que nós estamos vendo atualmente: tudo o que aconteceu nesse século em termos de progresso, liberação, revolução e violência está sendo revisto para parecer melhor.

<sup>9</sup> Tradução livre: Os planejadores utópicos têm tentado aproximar essa condição, objetivando uma perfeição estática que controlaria as vicissitudes da história e, em certa medida, aquelas do tempo.

<sup>10</sup> Tradução livre: A tentativa dos escritores utópicos de congelar a história – a luta da utopia contra a história – suscitou sérias críticas sobre todo projeto utópico; mas essa tentativa tem sido apenas um dos caminhos que os homens utilizam para chegar à condição de um paraíso imaginário na terra.

<sup>11</sup> A tradução literal para esse termo pode prejudicar ou alterar sensivelmente o significado atribuído por Baudrillard de forma que preferimos mantê-lo na língua original e explicitar logo em seguida o conceito definido pelo autor.

<sup>12</sup> Tradução livre: [*Deterrence*] remove toda a certeza sobre fatos e evidências. Desestabiliza a memória da mesma forma que desestabiliza os prognósticos [...] Porque o passado só pode ser representado e refletido se ele nos empurra para outra direção, rumo a algum tipo de futuro. Retrospecção depende de uma prospecção que nos torna capazes de nos referir a alguma coisa como passada e acabada e, conseqüentemente, como tendo realmente ocorrido.

<sup>13</sup> Hayden White sintetiza da seguinte maneira a reflexão aristotélica em relação as particularidades distintivas da historiografia e da escrita imaginativa: “os historiadores ocupam-se de eventos que podem ser atribuídos a situações específicas de tempo e espaço, eventos que são (ou foram) em princípio observáveis ou perceptíveis, ao passo que os escritores imaginativos – poetas, romancistas, dramaturgos – se ocupam tanto desses tipos de eventos quanto dos imaginados, hipotéticos ou inventados”. (WHITE, 2001, p. 137) Além disso, Morris Weitz enfatiza o juízo de valor evidenciado por Aristóteles numa de suas discussões sobre a história e a ficção: “He says in a famous passage that poetry (literature), which unlike history deals with what might happen, is more scientific and serious than history. Poetry can give general truths, history, only particular facts”. (WEITZ, 1989,

---

p. 5) Tradução livre: “Ele diz numa famosa passagem que a poesia (literatura), que ao contrário da história trabalha com o que pode vir a acontecer, é mais científica e séria do que a história. A poesia pode dar verdades gerais, e a história, apenas fatos particulares.) A partir dessa citação, salientamos a importância dada por Aristóteles ao potencial prospectivo da literatura, uma vez que nosso objeto de estudo é uma distopia prospectiva baseada nas tendências totalitaristas que permearam a década de 40 em grande parte do mundo.

<sup>14</sup> Tradução livre: A Bíblia é ficção porque é uma história produzida. Isso não significa que ela necessariamente nada tem de verdade. Nem significa que a Bíblia não contém nada de factual. A relação entre fato e ficção não é de modo algum tão simples quanto se poderia pensar.

<sup>15</sup> Tradução livre: Em um amplo espectro de posições críticas havia um certo senso comum quanto à necessidade de buscar formas de reflexão sobre a moralidade, sensíveis aos contextos reais de ação.

<sup>16</sup> Tradução livre: Ele usou as suas experiências na BBC como a base para o burocrático Ministério da Verdade em 1984.

<sup>17</sup> Tradução livre: É um pouco parecido com a procriação *in vitro*: o embrião do evento real é transferido para o útero artificial da mídia jornalística para dar a luz a muitos fetos órfãos que não possuem nem pai nem mãe. O evento é denominado para práticas procriativas como nascimento e para práticas da eutanásia como morte.

<sup>18</sup> Tradução livre: A notícia [*informação*] faz tudo crível (isto é, incerto), mesmo fatos anteriores, mesmo eventos futuros. Os critérios de verdade foram suplantados pelo princípio da credibilidade também o mesmo princípio da estatística e das pesquisas de opinião), e este é o verdadeiro princípio direcionador da notícia. A incerteza a que me referi é um vírus que afeta ou infecta toda história, eventos atuais e imagens.

## Referências

BERLIN, Isaiah. **Limites da Utopia**: Capítulos da História das Idéias. São Paulo: Companhia das Letras: 1991.

BAUDRILLARD, Jean. **The Illusion of the End**. Stanford: Stanford University Press, 1994.

CANOVAN, Margaret. Arendt's Theory of Totalitarianism. In: ARENDT, Hannah. **The Cambridge Companion to Hannah Arendt**. Edited by Dana Villa. Reino Unido: Cambridge University Press, 2000.

ELLIOT, Robert C. **The Shape of Utopia**: Studies in a Literary Genre. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

HUTCHEON, Linda. **Poética do Pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1988.

JAUSS, H. R. **A História da Literatura como Provocação à Teoria Literária**. São Paulo: Ática, 1994.

LIMA, Maria Herrera. El punto de vista moral en la literatura. In: LA VIEJA, Teresa Lopes. **Figuras del logos**. Entre la filosofía y la literatura. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

MATOS, Maria Izilda. Estudos de gênero: percurso e possibilidades na historiografia contemporânea. In: **Cadernos Pagu**, nº 11, 1998.

---

MEYERS, Jeffrey. **A Reader's guide to George Orwell**. London: Thames and Hudson, 1975.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de Termos Literários**. São Paulo: Cultrix, 2001.

MORE, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Editora Nacional, 2003

PHELAN, James. **Reading People, Reading Plots: Character, Progression and the Interpretation of Narrative**. USA: The University of Chicago Press, 1989.

SCHOLES, Robert. **Elements of Fiction**. Nova York: Oxford University Press, 1971.

SZACHI, Jerzy. **As Utopias ou a Felicidade Imaginada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

ZAMIATIN, Eugene. **Nós**. Rio de Janeiro: Anima, 1983.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**. Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 2001.

VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. **Revista Tempo Brasileiro**, volume 95, pp. 119-126. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.